



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1579, QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2010

## Com apoio do PSDB, plenário da Câmara prorroga Lei Kandir

Após um acordo entre os líderes partidários, o plenário da Câmara aprovou nesta quarta-feira (8) alterações na Lei Kandir. A mudança adia de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2020 o repasse, por parte dos estados, da destinação à indústria de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) relativos à compra de mercadorias para uso e consumo, como papel e combustível. Isso provocaria uma queda de receita estadual da ordem de R\$ 19,5 bilhões ao ano, segundo cálculos de técnicos da Câmara.

Os deputados deram preferência para a versão contida em emenda do deputado **Rodrigo de Castro (MG)**, assinada por vários partidos, em detrimento da emenda do relator Virgílio Guimarães (PT-MG). O texto do petista previa a prorrogação para 1º de janeiro de 2015.

O deputado **Edson Aparecido (SP)** destacou a importância da prorrogação da Lei Kandir para os estados brasileiros em geral, e em especial, os exportadores. “Essa é uma matéria importante para a maioria dos estados, que deixam de perder recursos recolhidos com o ICMS”, explicou. Segundo o tucano, só o estado de São Paulo perderia cerca de R\$ 7 bilhões

anuais. A regra se aplica também aos créditos gerados com o consumo de energia elétrica e de serviços de comunicação em determinados casos (quando não relacionadas ao processo produtivo ou a produtos exportados, por exemplo).

O texto anterior previa a cobrança do ICMS em todas as fases da cadeia produtiva do setor elétrico, desde a geração, passando pela transmissão e comercialização, até o consumidor final. Atualmente apenas as distribuidoras elétricas recolhem o imposto dos consumidores finais, sem incidência no restante da cadeia.

A receita proveniente dessa cobrança nos 27 estados da federação representa uma arrecadação de R\$ 23 bilhões. Como a matéria foi alterada, ela retornará ao Senado para nova análise.

O deputado **Luiz Carlos Hauly (PR)** afirmou que a lei do ICMS precisa de uma urgente reformulação, mas no momento, a prorrogação é a melhor alternativa para a economia dos estados. “Temos que prorrogar para que os governadores eleitos tenham tranquilidade por vários anos para governar”, disse ao destacar que o ICMS é o principal imposto das unidades da federação.

### R\$ 19,5 bilhões

*É o valor total das perdas por ano que os estados teriam caso o projeto não fosse aprovado*

## ***Aécio Neves quer um partido mais sintonizado com sociedade e movimento sindical***

Em visita a bancada do PSDB na Câmara, o ex-governador e senador eleito por Minas Gerais **Aécio Neves** defendeu nesta quarta-feira (8) uma renovação do partido. Segundo o tucano, os parlamentares da legenda precisam agir de forma articulada, organizada e com um discurso sintonizado com a sociedade.

“Eu acho que o PSDB tem autoridade para dialogar com esses setores a partir da renovação do seu programa partidário. Precisamos nos apresentar com uma cara mais próxima e identificada com quase metade da população brasileira que disse não nas últimas eleições ao atual projeto que está em curso no Brasil”, destacou.

Aécio pediu também uma aproximação com os movimentos sindicais. “Vamos buscar naqueles não atrelados ao governo federal uma interlocução e a discussão de questões que são importantes aos sindicalistas, como a legislação trabalhista. Eu defendo que o PSDB vá a campo, dialogue com os movimentos sociais que estão aí soltos na sociedade”, avaliou.

O senador eleito ressaltou ainda que a bancada tucana no Congresso Nacional deve propor temas

que afetam a vida de cada cidadão brasileiro. O futuro parlamentar salientou que o PSDB tem capacidade para fazer “um novo tempo” no Congresso Nacional, pois é a principal alternativa de poder ao atual governo.

O tucano também destacou que uma de suas bandeiras no Senado em 2011 será o fortalecimento dos municípios. “Eu quero sempre ter um discurso muito afirmativo em defesa da recuperação real do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sobretudo das pequenas e médias cidades”, afirmou.

Durante a conversa com deputados da bancada, Aécio citou uma frase muito usada pelo seu avô Tancredo Neves. “Não existe governo forte sem que haja uma oposição forte”. O ex-governador mineiro lembrou que ninguém é imbatível e que em pouco tempo o PSDB irá governar novamente o Brasil. Além do presidente nacional da legenda, senador e deputado eleito **Sérgio Guerra (PE)**, e do líder tucano, deputado **João Almeida (BA)**, outros 40 parlamentares, entre reeleitos e novos, estiveram presentes na reunião com Aécio Neves.



## Tasso Jereissati presta contas de seu mandato e critica Lula por não dar crédito ao legado deixado por FHC

O senador **Tasso Jereissati (CE)** realizou nesta quarta-feira (8) seu discurso de despedida no plenário e prestou contas dos seus oito anos de mandato. O tucano avaliou sua atuação como oposição ao governo Lula e nas diversas comissões com a proposição de projetos em benefício da sociedade. Ele criticou o presidente Lula por não reconhecer e dar crédito à atuação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que deixou grande legado à sociedade brasileira.

Tasso afirmou ter exercido sua função com empenho e integridade. Ele lembrou da emoção que sentiu quando assumiu o cargo e ocupou a cadeira que, quatro décadas antes, pertenceu ao pai, senador Carlos Jereissati. “Não me resignei diante da corrupção, muito menos me calei diante dos ataques à democracia. Em toda a minha atuação nesta casa, assim como ao longo de toda a minha vida pública, agi com coerência e segui minhas convicções e princípios”, enfatizou.

Em seu pronunciamento, o senador lamentou que

as realizações do PSDB tenham sido negadas ou desmerecidas pelo PT. Segundo Tasso, ironicamente, os maiores exemplos da boa herança deixada por Fernando Henrique são exatamente aqueles programas que mais contribuíram para garantir a popularidade de Lula e deram credibilidade ao seu governo: a estabilidade da economia, as privatizações e o Bolsa Família.

O parlamentar ressaltou ainda o legado deixado pela privatização das telecomunicações, que proporcionou o acesso democrático do povo ao serviço prestado pelo setor. De acordo com o senador, a privatização da Vale do Rio Doce também foi um sucesso, pois possibilitou que o lucro anual subisse de cerca de US\$ 500 milhões em 1996 para, aproximadamente, US\$ 12 bilhões em 2010. O tucano enfatizou que a Embraer, antes de ser privatizada, estava à beira da falência. Hoje é avaliada em US\$ 17 bilhões e está entre as três maiores fabricantes de jatos do mundo.  

*“O Bolsa-Família, nunca é demais repetir, é o resultado da unificação dos programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Auxílio-Alimentação e Auxílio-Gás, todos criados durante o governo Fernando Henrique Cardoso”.*

■ Senador **Tasso Jereissati (CE)**

## Proposta de tucano que regulamenta trabalho a distância é aprovada na CCJ



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou nesta quarta-feira (8) projeto de lei de autoria do deputado **Luiz Paulo Vellozo Lucas (ES)**, que regulamenta o trabalho a distância. Segundo a proposta, o chamado teletrabalho é toda forma de serviço que envolve um empregador e um empregado autônomo e é realizado regularmente por meio de tecnologias de informática e de telecomunicações.

Para o autor da proposta, o projeto é muito importante porque vai regulamentar a contratação de trabalhadores que exercem suas atividades em casa. “Com isso, barateia o vínculo empregatício porque não haverá custo de transporte, alimentação e nem hora extra, além de facilitar o trabalho para pessoas com deficiência”, explicou.

Conforme o texto, essa relação de emprego será

regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre outras prerrogativas, o funcionário nessa modalidade terá direito a salário, férias, feriados, licenças previstas na CLT e faltas por doença. Os empregados não terão direito a horas extras, por se tratar de jornada aberta, e a remuneração deverá ajustar-se às horas normais de trabalho.

Como tramita em caráter conclusivo, a matéria seguirá para o Senado, a menos que haja recurso para que seja analisada pelo plenário da Câmara.

Na avaliação do parlamentar, o teletrabalho pode gerar uma nova mentalidade sobre os resultados de produtividade, já que o importante nessa relação será o cumprimento de tarefas ao invés da quantidade de horas trabalhadas. Além disso, o funcionário não terá o ônus de se deslocar de casa para a empresa.  

20%

*É o percentual previsto no projeto para vagas reservadas aos portadores de deficiência*

### Leia também em nosso blog:

- Câmara aprova projeto de Lobbe Neto que obriga governo a distribuir protetor solar de graça para trabalhadores
- Direto do Plenário, com os senadores Arthur Virgílio (AM), Sérgio Guerra (PE) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Twitter, com os deputados Narcio Rodrigues (MG), Zenaldo Coutinho (PA), Luiz Carlos Hauly (PR), Otavio Leite (RJ), Julio Semeghini (SP), Ricardo Tripoli (SP) e Silvio Torres (SP)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>